

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial - Hospital Geral de Guarulhos - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM

SPDM - Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar Carvalho Pinto Filho de Guarulhos

CNPJ nº 61.699.567/0052-32



Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar Carvalho Pinto Filho de Guarulhos**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26.06.1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da

associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na

área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28 de fevereiro de 2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM**

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Receitas	2016	2015
Receita Bruta de Serviços		
Prestados com Restrições	202.376.764,35	193.759.029,06
Secretaria de Saúde do Estado (nota 4.1)	174.547.113,64	165.754.550,31
Trabalho Voluntário (nota 9.4)	7.660,22	9.028,13
Outras Receitas	136.573,77	89.779,39
Descontos Recebidos	4007,46	-
Isonção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)	22.128.400,67	22.523.206,91
Isonção Usufruída - INSS Serviços Terceiros (nota 9.2)	316.595,19	409.827,81
Isonção Usufruída - COFINS (nota 9.3)	5.236.413,40	4.972.636,51
(+) Outras Receitas com Restrições	718.808,18	998.020,70
Financeiras	713.004,01	996.891,60
Doações Recebidas	5.804,17	1.129,10
(=) Receita Líquida com Restrições - Afiliadas Saúde Custos e Despesas	203.095.572,53	194.757.049,76
(-) Custos Operacionais com Restrições (nota 4.2)	177.943.040,16	131.767.134,70
(-) Serviços - Pessoal Próprio	78.704.082,85	81.012.841,72
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	1.582.975,92	-
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	45.325.435,38	22.167.793,86
(-) Manutenção e Conservação	5.781.742,80	9.609.261,20
(-) Mercadorias	27.142.415,05	18.962.003,81
(-) Isonção Usufruída - INSS Serviços Próprios	19.089.792,97	-
(-) Isonção Usufruída - INSS Serviços de Terceiros	316.595,19	-
(-) Tributos	-	167,68
(-) Outros Custos	-	15.066,43
(-) Outros Custos Financeiros	-	15.066,43
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições	25.152.532,37	62.989.915,06
(-) Despesas Operacionais com Restrições	24.299.809,53	62.989.915,06
(-) Serviços - Pessoal Próprio	13.586.741,04	13.861.220,72
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	-	2.049.139,05
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	1.155.740,83	16.516.417,44
(-) Manutenção e Conservação	147.230,85	954.735,26
(-) Mercadorias	1.019.059,75	1.604.534,04
(-) Financeiras	20.885,85	33.264,35
(-) Outras Despesas	77.166,52	-
(-) Tributos	10.303,37	55.904,84
(-) Isonção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)	3.038.607,70	22.523.206,91
(-) Isonção Usufruída - INSS Serviços Terceiros (nota 9.2)	-	409.827,81
(-) Isonção Usufruída - COFINS (nota 9.3)	5.236.413,40	4.972.636,51
(-) Trabalhos Voluntários (nota 9.4)	7.660,22	9.028,13
(-) Outras Despesas	852.722,84	-
(-) Outras Despesas	852.722,84	-
(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, como, por exemplo, Resolução CFC nº 1.305/10 • NBC TG 07 (R1) • Subvenção e Assistências Governamentais e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a Resolução CFC nº 1.409/12 (R1) - ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1. Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução nº 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário da Entidade", e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria nº 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2. Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar Carvalho Pinto Filho de Guarulhos** - Alameda dos Lírios, 200 - Parque CECAP - Guarulhos - SP CEP 07190-012 - CNPJ nº 61.699.567/0052-32. **3. Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas as suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a Resolução nº 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei nº 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a per-

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais

ATIVO	2016	2015
Ativo Circulante	214.947.375,07	177.910.231,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	552.372,86	191.135,40
Caixa (nota 3.1)	-	4.000,00
Banco Conta Movimento (nota 3.1)	10.488,87	8.783,27
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	541.883,99	178.352,13
Clientes (nota 3.3)	210.387.420,45	173.112.467,29
Valores a Receber - Secretaria Estado da Saúde - HGG (nota 3.3.1)	176.940.000,00	167.160.000,00
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.17.1)	27.494.953,16	-
Valores em Negociação-contrato/Convênio (nota 3.3.2)	5.952.467,29	5.952.467,29
Outros Créditos (nota 3.4)	1.535.168,63	1.209.190,99
Adiantamentos a Fornecedores (nota 3.4.1)	1.960,40	-
Antecipações Salariais (nota 3.4.2)	75.370,00	63.912,27
Antecipações de Férias (nota 3.4.3)	504.062,39	1.050.862,68
Outros Créditos e Adiantamentos (nota 3.4.4)	208.928,84	94.416,04
Depósito Judicial (nota 3.4.5)	9.070,74	-
Valores Transitáveis (nota 3.4.5)	735.776,26	-
Estoques (nota 3.5)	2.459.329,10	3.396.919,76
Hospital Geral de Guarulhos (nota 3.5)	2.459.329,10	3.396.919,76
Despesas Pagas Antecipadamente	13.084,03	518,48
Prêmios de Seguros e Outros a Vencer (nota 3.4.5)	13.084,03	518,48
Ativo não Circulante	441.652.770,26	441.597.614,93
Ativo Realizável a Longo Prazo	431.714.000,00	431.714.000,00
Contratos/Convênios Públicos a Receber (nota 3.6)	431.714.000,00	431.714.000,00
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7)	9.938.770,26	9.883.614,93
- Bens Móveis	9.938.770,26	9.883.614,93
Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7)	868.207,99	9.930.602,09
Ajuste Vida Útil - Bens de Terceiros - HGG (nota 3.7)	(125.987,21)	(46.987,16)
Bens em Processo de Transferência (nota 3.7.1)	9.196.549,48	-
Total do Ativo	656.600.145,33	619.507.846,85

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO	2016	2015
Passivo Circulante	502.732.153,91	177.910.231,92
Fornecedores (nota 3.8)	6.131.737,93	2.495.125,67
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (nota 3.9)	6.162.771,39	1.940.644,01
Serviços de Terceiros Pessoa Física (nota 3.9)	117.033,28	-
Salários a Pagar (nota 3.10)	4.077.278,88	4.750.576,76
Contribuições a Recolher (nota 3.11)	1.154.474,43	1.187.515,68
Provisão de Despesa com Quitações (nota 3.17.1)	27.494.953,16	-
Provisão de Férias (nota 3.12)	9.495.563,49	8.405.029,70
Provisão de FGTS sobre Férias (nota 3.12)	759.093,44	672.402,38
Provisão de PIS sobre Férias (nota 3.12)	94.956,03	-
Empréstimo a Funcionário Lei nº 10.820/03 (nota 3.14.1)	276.036,26	233.658,13
Impostos a Recolher (Nota 3.13)	1.669.617,76	1.876.835,59
Obrigações Tributárias (nota 3.14)	495.145,33	478.848,72
Materiais de Terceiros em Nosso poder (nota 3.15.1)	145.896,26	344.182,06
Outros Contas a Pagar (nota 3.15.1)	1.097.660,86	2.167.697,57
Convênios/Contratos Públicos a Realizar (nota 3.16)	443.559.935,41	153.357.715,65
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	656.600.145,33	619.507.846,85
Passivo não Circulante		
Obrigações - Bens Móveis de Terceiros (nota 3.7)	868.207,99	734.052,61
Bens em Processo de Transferência (nota 3.7)	9.196.549,48	9.196.549,48
Ajustes Vida Útil Econômica (nota 3.7)	(125.987,21)	(46.987,16)
Convênios/Contratos Públicos a Realizar (nota 3.16)	143.904.666,60	431.714.000,00
Provisão Despesas Processos Trabalhistas (nota 3.17.2)	24.554,56	-
Patrimônio Líquido (nota 5)	-	-
Resultado do Exercício (nota 6)	-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	656.600.145,33	619.507.846,85

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultados do Exercício/Período	-	-
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais	-	-
Depreciação e Amortização	-	-
Resultado na Venda de Ativos Permanentes	-	-
Ajuste nas Contas Patrimoniais	-	-
Variações nos Ativos e Passivos (Aumento) Redução em Contas		
a Receber	(37.613.496,35)	(761.804.895,44)
(Aumento) Redução em Estoques	739.304,86	(992.982,06)
Aumento (Redução) em Fornecedores	5.860.029,42	2.493.178,35
Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões	31.375.399,53	768.544.242,41
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	55.155,33	9.263.239,06
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades Operacionais	416.392,79	17.502.782,32
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
(-) Compras de Imobilizado	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	(55.155,33)	(9.263.239,06)
(-) Adição de Bens Intangíveis	-	-
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Investimentos	(55.155,33)	(9.263.239,06)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos Tomados	-	-
(-) Pagamentos de Empréstimos/Debêntures	-	-
Juros Pagos por Empréstimos	-	-
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Financiamentos	-	-
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalente de Caixa	361.237,46	8.239.543,26
No Início do Período	191.135,40	-
No Final do Período	552.372,86	8.239.543,26

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: Características da Unidade Gerenciada: O Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar de Carvalho Pinto Filho de Guarulhos, é um Hospital Geral e foi inaugurado em 14.04.2000, é referência em atendimentos de cirurgia geral, anestesiologia, cirurgia pediátrica, cirurgia plástica, cirurgia vascular, clínica médica, endoscopia, ginecologia/obstetrícia, hematologia/hemoterapia, infectologia, medicina do trabalho, medicina intensiva, neurocirurgia, ortopedia/traumatologia, UTI adulto/neonatal/pediátrica, unidade de neonatologia, patologia clínica/medicina laboratorial, pediatria, radiologia/diagnóstico por imagem, fisioterapia, urologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia e pronto socorro adulto, infantil emergência e consultas de oncologia. Atualmente, conta com uma área construída de 23.690 m², 9 andares, com 299 leitos. A SPDM celebrou Contrato de Gestão com o Estado de São Paulo por intermédio da Secretária de São Paulo em 19.11.2015, Processo nº 001.0500.000058/2014, o presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objeto a operacionalização da gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde no HOSPITAL GERAL "PROFESSOR DR. WALDEMAR DE CARVALHO PINTO FILHO" DE GUARULHOS, em conformidade com os anexos que integram aquele instrumento. O quadro funcional é enxuto e suficiente para atendimento dos 299 leitos, (18 leitos de Unidade de Terapia Intensiva). Em média são realizadas 137.832 internações anuais, 115.823 atendimentos anuais no pronto socorro, 50.968 atendimentos ambulatoriais e cerca de 6.053 cirurgias anuais. Em 2016 o hospital foi marcado devido à crise financeira do país, conseguindo, mesmo com restrição orçamentária e uma inflação

crecente manter a mesma produção assistencial e qualidade dos anos anteriores. A Instituição cumpriu as metas estabelecidas com o poder público seja de ordem numérica quanto quantitativa. A SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina assumiu a administração do HOSPITAL GERAL "PROFESSOR DR. WALDEMAR DE CARVALHO PINTO FILHO" DE GUARULHOS em 20.11.2014, por meio do Contrato de Gestão nº 001.0500.000058/2014 com a Secretária da Saúde, cujo objeto é Operacionalização e Gestão das atividades e serviços de Saúde. Para alcance de sua finalidade, foi definido um plano de trabalho a ser levado a cabo pela contratada, com metas a serem atingidas, a previsão expressa dos critérios e objetivos de avaliação de desempenho e seus indicadores de verificação e os cronogramas e orçamentos pertinentes. O Contrato de Gestão possui prazo de 5 (cinco) anos com vigência de 20.11.2014 a 20.11.2019, com valor global estimado de R\$ 774.585.802,00 (setecentos e setenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e dois reais), do montante global mencionado serão repassados recursos de Custeio R\$ 156.228.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões, duzentos e vinte e oito mil reais). Em 29 de dezembro de 2015, a instituição firmou Termo Retratificatório nº 01/16 ao contrato de Gestão para custeio das atividades do exercício de 2016. Ficou acrescentado ao presente Contrato a Importância de R\$ 13.930.000,00 (treze milhões e novecentos e trinta mil reais) mensais, sendo que as transferências de repasse foram realizadas a cada início de mês até o fim do exercício de 2016. **1. Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características

continua...

...continuação
mitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Descrição	Saldo em R\$	
	31.12.2016	31.12.2015
Saldo em Caixa	0,00	4.000,00
Saldo em Bancos	10.488,87	8.783,27
Aplicações Financeiras	541.883,99	178.352,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	552.372,86	191.135,40

Os recursos financeiros disponíveis para o Hospital Geral de Guarulhos são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 10.488,87. **3.2. Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM - Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar Carvalho Pinto Filho de Guarulhos.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade % no Mês	Saldo em 31.12.2016
Banco do Brasil	CDB	Taxa = 90,00	526.932,25
Banco do Brasil	Poupança	0,6632%	14.951,74
Total			541.883,99

(* As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem que a qualquer momento sem a perda dos juros transcorridos, possa-se resgatar o valor integral informado no extrato. **3.3. Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, e conforme Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1. Valores a Receber:** O saldo registrado na conta valores a receber representam recebíveis de curto prazo (CP), relativos ao termo de Convênio nº 001.0500.00058/2014 celebrado entre a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretária da Saúde e totalizam o montante de R\$ 176.940.000,00 em 31.12.2016.

Valores a Receber em 31.12.2016 (Em Reais)	
Tipo de Recurso	Saldo em 31.12.2016
Contrato Gestão nº 001.0500.00058/2014	176.940.000,00
Total Valores a Receber	176.940.000,00

3.3.2. Valores em Negociação: Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 31 de dezembro de 2016

Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Móveis	Posição em 31.12.2015		Posição em 31.12.2016	
	Baixa	Aquisição	Baixa	Aquisição
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratório Equipamentos Processamento de Dados	-	5.740,00	-	5.740,00
Mobiliário em Geral	2.495,98	-	-	2.495,98
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	208.167,20	23.640,00	-	231.807,20
Aparelhos e Utensílios Domésticos	464.951,64	96.228,86	-	561.180,50
Máquinas Utensílios de Natureza Industrial	28.730,10	4.046,52	-	32.776,62
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	26.701,19	4.500,00	-	31.201,19
Máquinas e Utensílios de Escritório	2.940,00	-	-	2.940,00
Bens em Processo de Transferência	66,5	-	-	66,50
Total	9.196.549,48	-	-	9.196.549,48

O Imobilizado do HGG é composto por bens de terceiros assumidos pela SPDM na data de transição da unidade, e serão mantidos por força de termo de permissão de uso fornecido pela SES. O valor dos bens de terceiros assumido pela SPDM, na data de transição da unidade, totalizou R\$ 9.196.549,48 e representam basicamente equipamentos médico-hospitalares, equipamentos de informática e veículos com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **3.7.1. Bens em Processo de Transferência:** A instituição mantém bens em processo de transferência, que se encontram contabilizados no grupo de Imobilizado - bens de terceiros. O montante corresponde a R\$ 9.196.549,48 e aguardam a liberação da Secretaria de Estado da Saúde, a fim de que o processo de inventário de bens seja concluído e formalmente repassado para a SPDM, por meio do termo de permissão de uso de bens móveis. Os bens em processo de transferência não foram ajustados, pois, eles serão ajustados conforme o processo e inventário da SES e a integração desses bens no sistema de patrimônio da unidade (ACP). **3.8. Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias.

3.9. Serviços de Terceiros: Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoas física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não médicos, tais como: como limpeza, conservação, recepção, vigilância, manutenção, transporte remoção, assessoria em informática, esterilização, dedetização, locação de equipamentos e lavanderia. Os serviços de Terceiros são necessários para a manutenção e bom andamento das atividades internas do Hospital Geral de Guarulhos, sendo que o serviço de Pessoa Física é prestado por médicos autônomos e o valor provisionado em dezembro de 2016 refere-se a R\$ 117.033,28. **3.10. Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

Salários a Pagar		Saldo em 31.12.2016
Ordenados e Salários		4.026.735,96
Quitações		28.248,92
Pensão		17.929,04
3.11. Contribuições a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. Cujos valores são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente e PIS até o dia 25 do mês subsequente dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior à data limite.		
Contribuições a recolher	Saldo em 31.12.2016	
INSS		386.017,31
FGTS		681.378,17
PIS		85.374,04
Contribuições Sindicais		1.704,91

3.12. Provisão de FGTS sobre Férias e Encargos: Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no

convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **3.4. Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1. Adiantamentos a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores, compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como visa-vale alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente. **3.4.2. Antecipações Salariais:** Os valores registrados nessa conta representam valores antecipados aos colaboradores que serão ressarcidos posteriormente. **3.4.3. Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145, O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no artigo 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.4. Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.4.5. Despesas Pagas Antecipadamente:** As despesas antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes. Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.5. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 2.459.329,10.

Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2016	31.12.2015
Materiais Utilizados no Setor de Nutrição	124.449,24	223.525,56
Materiais Utilizados no Setor de Farmácia	898.093,38	1.599.641,48
Materiais de Almoxarifado	1.149.670,19	1.150.178,36
Material a Terceiros	287.116,29	0,00
Total	2.459.329,10	2.973.345,40

3.6. Valores a Receber - (Ativo Não Circulante): Em 2016, a instituição reconheceu a necessidade de registrar seu contrato/convênio em período integral (5) anos, gerando contas a receber de longo prazo. Dessa forma, a instituição entende que de acordo com a Resolução nº 1.151/09, tal apropriação no ativo não circulante teria como contrapartida um passivo não circulante, que deverá se realizar até o final do contrato/convênio. A contrapartida em conta de resultado (receita) ocorre somente no momento da realização dos custos e despesas inerente ao contrato/convênio relacionado. Portanto, a apropriação de valores a receber (de longo prazo) no montante de R\$ 431.714.000,00 não contempla os critérios de Ajuste a Valor Presente. **3.7. Imobilizado - Bens de Terceiros:** Os bens adquiridos após o período de transição, com recursos do contrato de gestão, serão contabilizados conforme legislação atual, e serão apropriados para determinação da vida útil estimada. Os valores dos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão no ano de 2016 totalizaram R\$ 134.155,38. Os ativos passaram a ser distribuídos da seguinte forma:

Posição em 31.12.2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31.12.2016	
			Baixa	Taxas Anuais Médias Ajustes %
9.930.602,09	134.155,38	-	10.064.757,47	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratório Equipamentos Processamento de Dados	5.740,00	-	5.740,00	
Mobiliário em Geral	2.495,98	-	2.495,98	
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	208.167,20	23.640,00	231.807,20	
Aparelhos e Utensílios Domésticos	464.951,64	96.228,86	561.180,50	
Máquinas Utensílios de Natureza Industrial	28.730,10	4.046,52	32.776,62	
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	26.701,19	4.500,00	31.201,19	
Máquinas e Utensílios de Escritório	2.940,00	-	2.940,00	
Bens em Processo de Transferência	66,5	-	66,50	
Total	9.196.549,48	-	9.196.549,48	

número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Provisão de Férias	9.495.563,49	8.405.029,70
Provisão de FGTS sobre Férias	759.093,44	672.402,38
Provisão de PIS sobre Férias	94.956,03	-

3.13. Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos; por exemplo, pode-se citar o IRRF CLT; cujos impostos costumam ser recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente; dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite.

Impostos a recolher		Saldo em 31.12.2016
IR a Recolher		1.667.721,76
ISS a Recolher		1.896,00
Total		1.669.617,76

3.14. Obrigações Tributárias: A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada.

Obrigações Tributárias		Saldo em 31.12.2016
INSS a Recolher		121.386,37
ISS a Recolher		25.724,03
IRRF a Recolher		41.659,56
PIS/COFINS/CSL a recolher		306.375,37

3.14.1. Empréstimos a Funcionários: A Lei nº 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Santander, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2016 representa R\$ 276.036,26 (duzentos e setenta e seis mil, trinta e seis reais e vinte e seis centavos). Tal valor conforme Artigo 82, caput da CLT não deve ser inferior a 30% do salário e nem pode ultrapassar 70% da remuneração deste. O empréstimo a funcionário, por exemplo, e sua concessão depende da interação existente entre empregador e empregados, do regulamento interno da empresa ou do documento coletivo de trabalho da respectiva categoria profissional. **3.15. Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar, refere-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.15.1. Materiais de Terceiros em Nosso Poder:** Representam valores relativos a materiais recebidos de terceiros em nosso poder. Em 31.12.2016 esses valores totalizaram R\$ 287.116,29. **3.16. Contratos Públicos a Realizar (Passivo Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 15A e Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Itens 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão/Convênio

com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 443.559.935,41 (quatrocentos e quarenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos) e a realizar a longo prazo representa R\$ 143.904.660,66 (cento e quarenta e três milhões, novecentos e quatro mil, seiscentos e sessenta reais e sessenta e seis centavos). **3.17. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.17.1. Estimativa Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, reafirmado no item 26 da Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% Multa) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativa Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2016
Valor Estimado - Rescisão de Contrato	27.494.953,16

3.17.2. Contingências Ativas e Passivas: Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Quanto às contingências passivas, em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a unidade da SPDM - Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar C.P. Filho de Guarulhos por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para o tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 2.413.812,00 (dois milhões, quatrocentos e treze mil, oitocentos e doze reais). Ainda, no exercício de suas atividades em 2016, a SPDM - Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar C.P. Filho de Guarulhos acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 2.962.897,64 (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos). **3.18. Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.19. Apuração do Resultado:** Conforme Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como, as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1. Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2. Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3. Auxílios, Subvenções e/ou Convênios Públicos - Características da Unidade Gerenciada:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. Em 29 de dezembro de 2015, a instituição firmou Termo Retirratificação nº 01/16 ao contrato de Gestão para custeio das atividades do exercício de 2016. Ficou acrescentado ao presente Contrato a Importância de R\$ 13.930.000,00 (treze milhões e novecentos e trinta mil reais) mensais, sendo que as transferências de repasse foram realizadas a cada início de mês até o fim do exercício de 2016. O montante total recebido referente a Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

Contrato de Gestão	R\$
Contrato 001.0500.000058/2014	167.160.000,00

5. Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções nºs 1.305/10 e 1.409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções nºs CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Itens 12 e 15a), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, à contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. **6. Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Itens 12 e 15a, o resultado do exercício tem sido "zero".

CNPJ nº 61.699.567.0052-32	
Contrato de Gestão	R\$
Contrato 001.0500.000058/2014	167.160.000,00

5. Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções nºs 1.305/10 e 1.409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções nºs CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Itens 12 e 15a), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, à contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. **6. Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Itens 12 e 15a, o resultado do exercício tem sido "zero".

...continuação
face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a instituição recebeu repasses e outras receitas no montante de R\$ 168.019.389,41 (cento e sessenta e oito milhões, noventa e nove reais e oitenta e nove centavos). Esses recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional/assistencial da unidade gerenciada; sendo, considerados os custos e as despesas operacionais no valor de R\$ 175.406.503,05 (cento e setenta e cinco milhões, quatrocentos e seis mil e quinhentos e três reais e cinco centavos) referentes ao mesmo período. Dessa forma se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ (7.387.113,64) (sete milhões, trezentos e oitenta e sete mil, cento e treze reais e sessenta e quatro centavos). Esse déficit ficaria consignado em conta específica do ativo, denominada "valores em negociação", ao final do contrato de gestão. Pois, o resultado operacional deficitário deve-se a aumento gradual na execução do contrato, com aumentos significativos de atendimentos em relação ao contratado e realizado, 115.823 atendimentos de urgência realizado em 2016 em comparação a 94.980 atendimentos contratados; 34.024 consultas médicas realizadas em 2016 em comparação a 26.899 contratadas; 16.944 atendimentos não médicos realizados em 2016 em comparação a 11.380 contratados. O aumento de custos e despesas relativos à atividade fim e manutenção do hospital tiveram um aumento de aproximadamente 217,5% para o serviços relacionados a terceiros em comparação a 2015. O mesmo ocorreu com os fornecedores e mercadorias, os aumentos percentuais foram respectivamente 145,8% e 43,6% aproximadamente, refletem os esforços da unidade em manter as metas de atendimento e o funcionamento do hospital. Pois, o aumento dos custos se justificam devido ao aumento dos índices de mercado, como a FIPE Saúde fechou com uma inflação acumulada do ano de 11,66% acarretando aumento nos materiais e nos serviços prestados. Outra medida significativa é a redução do quadro de pessoal em virtude da crise que atravessa o país, houve uma redução do quadro de 14,2% em 2016; tal redução gerou uma despesa adicional da multas rescisórias, também devem ser considerados os demais reajustes como reposição de cada categoria nos dissídios coletivos. Por fim, o Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos buscará o equilíbrio financeiro e a qualidade nos atendimentos, a fim de atender todas as exigências do contratante e melhor qualidade em seu gerenciamento.

7. Das Disposições da Lei nº 12.101 e Portaria 834/16: Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 alterada pela Lei nº 12.868/14 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2016, o Hospital Geral de Guarulhos, apresentou a seguinte produção:

Produção - 2016	
Linha de Atendimento	SUS
Internações	
Saída Hospitalar	10.565
Nº de Paciente Dia	117.222
Nº de Cirurgias	6.053
Nº de Partos	3.992
Diárias de UTI - Total	11.621
Internação/Atendimento Domiciliar	
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	
Consulta/Atendimento de Urgência (PS/PA)	115.823

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM

Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local: Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas: Convidados: Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11 de novembro de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 Consolidado da SPDM-Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar Carvalho Pinto Filho de Guarulhos que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações**

Atendimento Ambulatorial - Total						
Produção - 2016						
Linha de Atendimento					SUS	
Consulta Médica					34.024	
Atendimento não Médico					16.944	
HD/Cirurgia Ambulatorial					28.540	
SADT - Total					28.540	
Tratamento Especializado						
Radioterapia					20.607	
Quimioterapia					7.854	
8. Relatório de Execução do Contrato de Gestão:						
Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2016						
Linha de Atendimento	1º Semestre		2º Semestre		Total 2016	
	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado
Internações						
Saída Hospitalar - TOTAL	7.998	8.447	8.094	8.171	16.092	16.618
Saída Hospitalar - (Exceto Clínica Cirúrgica)	5.020	5.400	5.084	5.165	10.104	10.565
Saída Hospitalar - Clínica Cirúrgica	2.978	3.047	3.010	3.006	5.988	6.053
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)						
Consulta de Urgência	47.101	56.685	47.879	59.138	94.980	115.823
Atendimento Ambulatorial - Total	18.757	25.205	19.522	25.763	38.279	50.968
Consulta Médica - Total	13.252	16.734	13.647	17.290	26.899	34.024
Atendimento não Médico - Total	5.505	8.471	5.875	8.473	11.380	16.944
SADT Externo - Total	15.091	14.178	15.317	14.362	30.408	28.540
Tratamento Especializado						
Radioterapia	9.600	10.100	9.600	10.507	6.150	7.854
Quimioterapia	2.700	3.186	3.450	4.668	19.200	20.607

9. Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei nº 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS Saúde conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 27.681.409,26. Em 02 de setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1. - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a Folha de Pagamento de**

Dr. Afonso César Cabral Guedes Machado - Diretor Técnico

Luíza de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HospitalPedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede Assistencial e Supervisão Técnica de Saúde Vila Maria/Vila Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial e Supervisão Técnica de Saúde Butantã (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede-Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R. LUCY), o CRATOD-Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistencial Farmacêutico CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO-Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO-Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiências: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em

Empregados: Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei nº 12.101/2009, a Entidade usufruiu no ano de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 22.128.400,67. Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 22.523.206,91. Ainda neste ano, o valor pertinente ao INSS sobre serviços próprios estava alocado na conta de Outras Despesas com Restrições - Afiliadas. **9.2. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a Folha de Pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros - Pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 316.595,19. **9.3. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 5.236.413,40. **9.4. Trabalho Voluntário Estatutário:** Em 02.09.2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. Em 2016, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 7.660,22 (Sete mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e dois centavos). **10. Ajuste a Valor Presente (Resolução CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento às legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução nº 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dívida, deve ser regido pela Resolução nº 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11. Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o o Princípio Contábil de Continuidade.. **12. Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2016.

Iva Paula Roberta Sparano - Contadora - CRC 1SP - 307270/O-0

ciência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial-STIS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial-STIS Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF),UPA João XXIII A.P. 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENT), Coordenadoria de Emergência Regional do Leblon - A.P. 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18 de abril de 2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares.

resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30 de março de 2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador CRC/SP 161.144/O-3 CNAI-SP-1619. Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador CRC/SP 187.003/O-0 CNAI-SP-1620.